

#Psi60anos:
*compromisso
com uma
atuação
contextualizada*

pg. 8



**Agenda
Abandonada:**
*Pandemia,
Democracia,
Racismo, Crianças
e Adolescentes*

pg. 15



**As realidades
pandêmicas
escancaradas e
o vir a ser ético-
estético-político
das Psicologias**



pg. 10

Depoimentos

pg. 24



ENTREVISTA
*Defesa do SUS na
questão do suicídio
e bem viver no
contexto indígena*
**YTANAJÉ COELHO
CARDOSO E JULIANA
FERNANDES KABAD**

pg. 20

© 2021 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

8ª edição - 2021

Projeto Gráfico | Agência Movimento

Diagramação | Agência Movimento

Revisão | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição — Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF

(61) 2109-0107 E-mail: ascom@cfp.org.br/www.cfp.org.br

julho/agosto/setembro de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B688 Boletim : Comissão de Direitos Humanos do CFP [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia. — v. 1, n. 8, jul. / ago. / set. 2021 — Brasília : CFP, 2021.

Dados eletrônicos (pdf).

Trimestral

Inclui bibliografia.

1. Psicologia social. 2. Psicologia política. 3. Direitos humanos — Brasil.
I. Título.

CDD 323.40981

BOLETIM - UNIVERSAIS E INTERDEPENDENTES | 8ª edição

Coordenação Geral/CFP

MIRACI MENDES *Coordenadora Geral*

Gerência de Relações Institucionais

DANIEL ARRUDA MARTINS *Gerente*

MARÍLIA MENDES DE ALMEIDA *Assessora*

BRUNA DUTRA GALVÃO *Técnica Administrativa*

Gerência de Comunicação

LUANA SPINILLO *Gerente*

RAPHAEL GOMES *Assessor*



CONTRIBUÍRAM PARA ESTA EDIÇÃO

Como autora, autor ou coautor(as) de artigo:

DANIEL MELO (CRP 04/30035) - *Mineiro, graduado em Psicologia, suas experiências envolvem áreas de direitos humanos, segurança pública, cultura de paz e estratégias de participação social.*

FÁBIO JOSÉ GARCIA PAES (não psicólogo) - *Doutorando em Sociologia da Infância, graduado em Teologia, com especializações em Filosofia, Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas. Conselheiro do CONANDA por quatro anos, exerceu a presidência no ano de 2016. Atualmente desenvolve ações de articulação e incidência política no enfrentamento à fome, incentivo a novas formas de economia mais justas e comunitárias, além de respostas a situações de violação de direitos na perspectiva dos valores franciscanos.*

Com depoimento:

NIVEAMARA SIDRAC LIMA BARROSO (CRP 11/1112) - *Psicóloga, servidora pública da Sesa/CE, psicodramatista didata, mestre em Psicologia, especialista em Abordagem Sistêmica da Família, Educação Inclusiva, Psicopedagogia e Dependência Química.*

IRENE RIZZINI - *Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Diretora-presidente do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil.*

ANA RAQUEL HOLANDA (CRP 11/07632) - *Mulher com deficiência visual, psicóloga, formada pela Universidade Federal do Ceará, trabalha em um centro de neurorreabilitação.*

Com entrevista

JULIANA FERNANDES KABAD (não psicóloga) - *Bacharel em Ciências Sociais (UFMS); especialista em Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável (UnB), mestre em Epidemiologia em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Desenvolve estudos e pesquisas sobre Saúde dos Povos Indígenas e atua de modo transversal na área de Ciências Sociais em Saúde; Saúde Mental; Emergências Sanitárias e Populações Vulneráveis; Estado e Políticas Públicas e Avaliação em Saúde.*

YTANAJÉ COELHO CARDOSO (não psicólogo) - *Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professor efetivo da SEDUC/AM. Atua como professor colaborador do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena (PARFOR/UEA). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Escolar Indígena e Etnografia (UEA) e do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (UFAM). É autor do romance Canumã: a travessia (2019).*

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**XVIII Plenário | Gestão 2019-2022****Conselheiras(os)**

ANA SANDRA FERNANDES ARCOVERDE NÓBREGA *Presidente*

ANNA CAROLINA LO BIANCO CLEMENTINO *Vice-Presidente*

IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES *Secretária (a partir de 5 de fevereiro de 2021)*

NORMA CELIANE COSMO *Tesoureira*

ROBENILSON MOURA BARRETO *Secretário Região Norte*

ADINETE SOUZA DA COSTA MEZZALIRA *Suplente Região Norte*

ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA *Secretária Região Nordeste*

MARIA DE JESUS MOURA *Suplente Região Nordeste*

MARISA HELENA ALVES *Secretária Região Centro Oeste*

TAHINA KHAN LIMA VIANEY *Suplente Região Centro Oeste*

DALCIRA PEREIRA FERRÃO *Secretária Região Sudeste*

CÉLIA ZENAIDE DA SILVA *Suplente Região Sudeste*

NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI *Secretária Região Sul*

MARINA DE POL PONIWAS *Suplente Região Sul*

ANTONIO VIRGÍLIO BITTENCOURT BASTOS *Conselheiro 1*

ANA PAULA SOARES DA SILVA *Conselheira Suplente 1*

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI *Conselheiro 2*

ISABELA SARAIVA DE QUEIROZ *Conselheira Suplente 2*

IZABEL AUGUSTA HAZIN PIRES *Suplente*

KATYA LUCIANE DE OLIVEIRA *Suplente*

LOSILEY ALVES PINHEIRO *Suplente*

RODRIGO ACIOLI MOURA *Suplente*

Comissão de Direitos Humanos do CFP

MARIA DE JESUS MOURA *Conselheira do XVIII Plenário do CFP*

ELIANE SILVIA COSTA *Coordenadora da CDH/CFP*

ANDRÉA FERREIRA LIMA ESMERALDO

ARTHUR FERNANDES SAMPAIO

CINTHIA CRISTINA DA ROSA VILAS BOAS

CLAUDIA ANDRÉA MAYORGA BORGES

EMATUIR TELES DE SOUSA

FILIPPE DE MELLO LOPES

IOLETE RIBEIRO DA SILVA

JAQUELINE GOMES DE JESUS

JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES

THAYNARA SOUSA SILVA

VITÓRIA BERNARDES FERREIRA

JULHO

13/07

Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente



09/07

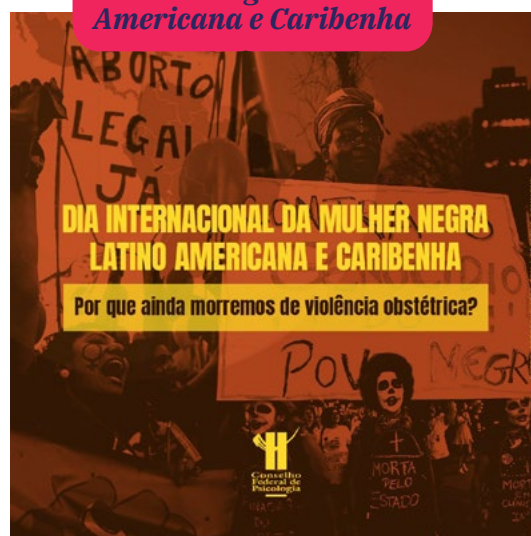
Dia Internacional do Desarmamento

26/07

Dia de Combate à Tortura

25/07

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha



AGOSTO

07/08

Lei Maria da Penha (2006)



19/08

Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua

09/08

Dia Internacional dos Povos Indígenas



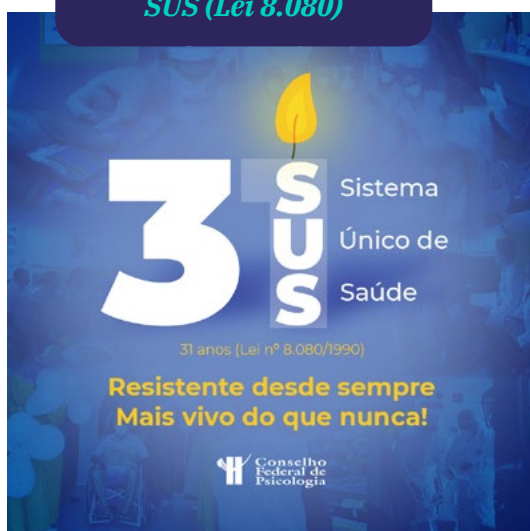
DATAS COMEMORATIVAS

27/08

Dia do Psicólogo

19/09

*Aniversário do
SUS (Lei 8.080)*



CONVERSAR
DESMISTIFICAR
QUEBRAR TABUS
PREVENIR
SALVAR VIDAS!

Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio

10/09

*Dia Mundial de
Prevenção ao Suicídio*

28/09

*Dia de Luta pela Descriminalização do
Aborto na América Latina e Caribe*

21/09

*Dia Nacional de Luta da
Pessoa com Deficiência*



#Psi60anos: *compromisso com uma atuação contextualizada*

AUTOR:

Comissão de Direitos Humanos

No mês do aniversário da Psicologia Brasileira, não podemos deixar de ressaltar que debater e realizar ações em defesa da democracia são alguns de seus principais compromissos teórico-epistemológico e ético-político. Nessa direção, a atuação em Psicologia deve ser sempre contextualizada. Sobre o Brasil, como é notório, do ponto de vista sociocultural e político-ideológico, podemos dizer que é uma nação eminentemente desigual, sendo que essa desigualdade tem como um de seus lastros o neoliberalismo, que, paulatinamente, busca gerir a vida psíquica e social das pessoas. É por meio dessa gestão que se processa a ideia de que se o sujeito se esforçar, se tiver mérito, ele conseguirá vencer. Como se “vencer na vida” dependesse exclusivamente da pessoa em sua singularidade e esforço.

O neoliberalismo engana e cria sofrimentos, como aqueles vividos por pessoas que perderam seu trabalho, por povos indígenas que têm suas terras devastadas por garimpos, por pessoas que estão em situação de rua e estão diariamente expostas à morte... Os exemplos são muitos. Todos são dilacerantes.

O capitalismo substitui a noção de sujeito de direitos pela de consumidor, e sua versão mais nefasta, o neoliberalismo, desqualifica tudo o que é público – funcionários, usuários, lutas, bens públicos e direitos sociais. Logo, em países neoliberais, como é o caso do Brasil, invariavelmente há o predomínio de uma política econômica austera sobre a de cunho social, o que redundará em desempregos estruturais, aumento da população em situação de miséria, bem como escassas e debilitadas políticas públicas e sociais.

A propósito, neste país de terras tropicais, o capitalismo se forma e se engendra com o apoio do racismo, do sexismo e do capacitismo, e, vice-versa, estes impedem a mobilidade econômica, o acesso aos bens sociais. Enfim, dificultam ou impossibilitam a vida com condições dignas de pessoas negras e indígenas, das mulheres e da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, entre outras.

Não por acaso, em função desta conjuntura neoliberal, racista, sexista e capacitista, ainda temos de defender regulamentos jurídicos e políticas públicas voltados para o bem comum e para a justiça social. Temos de lutar pelo SUS, pela regularização das terras dos povos indígenas, pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, pelos direitos das mulheres, inclusive pelo direito ao aborto seguro. Essas lutas também redundam em defender o desar-



mamento, afinal, muitos homens, mulheres e jovens têm sido cotidianamente assassinados, notadamente quando são negros e indígenas. Quando não são mortos, são feridos psíquica ou fisicamente, lembrando que este é o caso de Maria da Penha.

Reiteradamente, ainda temos de mencionar que a dominação (de raça, classe...) oprime, tortura, faz sofrer, mata. Aliás, como já publicamos em edições anteriores, como na edição de um ano atrás (set./out. de 2020), o suicídio deve ser analisado a partir de determinantes sociais.

Todas as modalidades de dominação citadas envolvem violência e estratégias de resistências. É por essa razão que neste boletim há artigos, entrevistas, depoimentos que versam sobre essas temáticas. Nossa arma é o diálogo pluralizado, pois ele nos dá alicerce para pormos em xeque a mercantilização das relações, dos afetos e dos bens sociais, e com isso o neoliberalismo, o racismo, o sexismo e o capacitismo. A transformação social exige consciência política, e o inverso também é verdadeiro.



As realidades pandêmicas escancaradas e o vir a ser ético-estético-político das Psicologias

AUTOR:

Daniel Melo

Quando a notícia de uma pandemia de um novo coronavírus com proporções mundiais tomou conta de todos os jornais, não imaginei como essa realidade afetaria a minha vida e a de milhões de pessoas simultaneamente. Na época, janeiro de 2020, estava em São Paulo, no meio de uma viagem em família sonhada há muito tempo, caminhando entre multidões, aglomerando e frequentando lugares dos mais diversos. Contudo, ainda não conseguia compreender o que significava a importância da transmissão ao vivo da construção de um hospital em Wuhan.

Veio o carnaval, e, mesmo diante das cenas trágicas do desfile de urnas funerárias na Itália, tudo parecia que estava muito distante do solo brasileiro. Março chegou, com ele veio a realidade dura de uma situação que se faria presente por muitos meses – e no momento em que escrevo este texto, agosto de 2021, ainda está longe de acabar.

A falta de informação e conhecimento sobre esse novo vírus, no começo, provocou várias reações que, numa certa medida, já estavam se anunciando nos comportamentos e discursos pré-pandemia: em um ex-

tremo, pessoas que buscavam seguir protocolos rígidos e intensivos de autocuidado e proteção, acreditando nas evidências objetivas e na ciência para adotar condutas de preservação; e no outro tínhamos aquelas que negavam tudo, inclusive qualquer forma de vacina ou solução científica, bradando que a pandemia não passava de uma conspiração ou apenas um resfriadinho, que qualquer chazinho caseiro de limão, alho e gengibre resolveria. Nem o crescimento assustador dos números de casos confirmados, das mortes e das mudanças de atitudes internacionais em relação aos protocolos sanitários e fechamento total de serviços não essenciais conseguiu despolarizar essa realidade brasileira que se instalou.

No meio do caminho entre esses extremos havia aqueles que, a despeito de estarem favoráveis a um ou outro lado, precisavam sair todos os dias, enfrentar o transporte público lotado, se expor ao contágio em ambientes fechados de casas e empresas, em atividades cuja essencialidade poderia ser questionada ou, ainda, porque se assim não o fizessem – além de não estarem menos protegidos ao vírus, pela falta de saneamento básico e de isolamento social devido às precárias condições habitacionais em que vivem – estariam também sujeitos à fome e à miséria. O vírus que teoricamente atingiu igualmente todas as pessoas, independente da classe social, aprofundava ainda mais as desigualdades, expondo o abismo da precária distribuição de renda brasileira.

Com a pandemia, aconteceu a redescoberta de tecnologias já disponíveis, como videochamadas, teleconferências e transmissões ao vivo. Recursos menosprezados até então.

As empresas foram as primeiras a olhar para os ganhos que a “terceirização” do custo de manutenção dos escritórios traria ao implementar o teletrabalho. Ao mesmo tempo defendiam ser importante não deixar

a economia morrer com as medidas mais rígidas de fechamento de estabelecimentos comerciais e restrição da circulação. Na sequência, uma gama de atividades embarcou na mesma lógica produtiva do “não podemos parar”: as escolas e universidades, em especial privadas, se viram forçadas a adotar o ensino remoto e, durante alguns momentos de arrefecimento da transmissão do vírus, passaram a conviver com atividades semi-presenciais e com rodízio de alunos; e, no universo da cultura, esporte e religião, as “lives” se tornaram a regra, na maioria dos casos, pois também oscilavam entre atividades com e sem público. Até áreas da saúde, como medicina e psicologia, passaram a utilizar os atendimentos virtuais como estratégias possíveis de manutenção das atividades profissionais, apesar de antes serem pouco usuais ou desacreditadas pelo senso comum.

Ocorre que o temporário se tornou uma constância. Inclusive o discurso do “novo normal” se desgastou, uma vez que ainda se faz necessário continuar com os protocolos de higiene pessoal, uso de máscaras, distanciamento social e predominância da virtualidade nas relações e nos meios de produção. Mesmo com o advento de um leque diverso de vacinas, as tentativas de retorno à dita normalidade coletiva foram freadas pelas novas mutações do coronavírus, pelo aumento do contágio, da ocupação dos leitos hospitalares e das mortes diárias. Aos poucos, essa realidade foi ficando tão corriqueira, tão cotidiana, que se torna banal. Como se fôssemos anestesiados diante de tanta incerteza, dor e falta de esperança. De vez em quando, vivem-se lampejos de sobressaltos, quando a exposição ao risco de contaminação de si e de pessoas próximas faz com que cada um, ao seu modo, sinta aquela mordida na consciência pelo medo ou pelo luto.

Quem nesse período não se aventurou e deu uma escapadinha das regras impostas em detrimento do trabalho, para ir ao mer-



cado, por uma necessidade de saúde, para visitar um familiar ou simplesmente para não enlouquecer nesse estado de privação de liberdade e paranoia? Quem não ficou acompanhando no calendário por quinze dias na expectativa de não ter qualquer reação, ou buscou um teste após qualquer sintoma, ou ainda se colocou em isolamento autoimposto, caso fosse assintomático, esperando passar o período do ciclo de vida do vírus no organismo? Quem não criticou as festas clandestinas, as praias lotadas e as aglomerações nas ruas, bares e praças e a falta de fiscalização dos órgãos sanitários? Quem não brigou e se afastou de familiares, amigos e conhecidos por diferenças na forma que cada um reagia a essa situação de pandemia? Quem não sofreu o luto e chorou pela perda de entes queridos?

Com esse estado de coisas interminável, a vida psíquica das pessoas também ficou profundamente afetada pelas condições impostas pela pandemia. Há que se pensar

nas consequências que o isolamento, o distanciamento e a quarentena – adotada de forma radical por alguns estados e municípios no primeiro semestre de 2020 e retomada com o aumento exponencial do número de mortos acumulados dia a dia e com as novas variações e mutações do vírus, no primeiro semestre de 2021 – trouxeram para as pessoas. Situações essas que se refletiram no aumento dos conflitos familiares, violência doméstica e separações de casais; do consumo de medicamentos, álcool e outras drogas; da busca por acompanhamento, orientação e serviços terapêuticos, não necessariamente restritos ao saber psicológico; da exposição ao risco de se contaminar e de favorecer a disseminação do vírus.

Diante de tantas contradições e situações-limite de estar entre a vida e a morte causada por um “assassino” invisível, não poderia se estranhar que houvesse um aumento generalizado do sofrimento mental. Em primeiro lugar, pela própria interdição

da vida, restrita e limitada ao interior de uma residência e, em alguns casos, a um leito de hospital. Em segundo lugar, pelo afastamento social, tão difícil para um animal gregário como é o ser humano, e o consequente distanciamento de pessoas queridas, ausência dos toques e trocas de afeto ou solidão reforçada pelo excesso de virtualidade. Em último lugar, pela dor da perda de familiares, amigos, conhecidos e desconhecidos que, com o passar dos dias, meses e ano, viraram cifras e estatísticas da banalização da morte.

Para complicar ainda mais esse cenário de caos, nunca vivido ou registrado antes na história da humanidade, o que se viu ecoar no ambiente macro e micropolítico brasileiro foi o egocentrismo, a intolerância, o retrocesso e o obscurantismo. Soluções mágicas e promessas ilusórias difundidas principalmente por aqueles com poder de influenciar rebanhos de pessoas aumentaram a desinformação, a dúvida, provocando o abismo entre o conhecimento científico e as crenças e opiniões pessoais. Novos conceitos foram cunhados para tentar explicar essa situação distópica, tais como, guerra das narrativas e “pós-verdade”. Enquanto isso, no mundo concreto, as forças neoliberais e neofascistas se alastravam sobre o cotidiano: incendiando as florestas, devastando o cerrado, secando os rios, poluindo os mares, eliminando direitos trabalhistas, sociais e humanos, exterminando a educação, a saúde, a cultura e o esporte.

Diante desse “novo normal” encontram-se as Psicologias, que demandam de seus profissionais uma tomada de posição diante das vicissitudes que a pandemia escancarou. Entretanto, não estou me referindo às dificuldades que o atendimento virtual traz para a construção de vínculos. Nem aos receios daqueles que precisaram se expor ao contato presencial nas empresas, escolas, casas e consultórios. Ou mesmo à dura realidade daqueles que atuaram na linha de

frente de unidades de saúde e precisaram lidar diretamente com as perdas e dores de milhares de pessoas. Ou ainda à falta de cuidado com esses próprios profissionais, entre eles os psicólogos, estafados pela sobrecarga de trabalho e pela crueldade com que vidas e mais vidas foram ceifadas. Sem dúvidas, mais do que nunca se faz necessário cuidar de si e dos outros, diante da realidade trazida pela pandemia. Contudo, é necessário ir muito mais além do que pensar os limites impostos ao exercício das atividades psicológicas num contexto atual, que engloba a existência de uma pandemia.

Vive-se possivelmente um dos momentos mais críticos para as Psicologias, que, a despeito da grave crise sanitária enfrentada por todas as pessoas, estão diante da situação de verem os avanços alcançados com as lutas experimentadas a partir da década de 1970 serem retroagidos por meio da revogação de decretos e portarias já consolidadas, de serem amordaçadas pelo saber médico-psiquiátrico e de terem seus serviços submetidos a uma lógica do enquadramento normatizador, que elimina qualquer forma de diferença. Assim, ganham apoio as lógicas da medicalização da vida, da internação nos hospitais psiquiátricos e do confinamento em comunidades terapêuticas. Enquanto isso, se reduz o financiamento e se precarizam os serviços públicos produzidos na rede de atenção psicossocial e de assistência social. Sem contar com a intensificação da exploração da mão de obra dos profissionais da saúde mental pelo ritmo e interesse do “livre-mercado”. Deste modo, as Psicologias são convocadas a produzir uma práxis ética, estética e política que faça o enfrentamento das forças existentes que tendem ao engessamento, à pasteurização e à sujeição das formas de expressão da vida.

Na minha avaliação, os pontos nodais que as Psicologias da atualidade precisam lidar envolvem construir um vir a ser que dê

conta dos desafios que a pandemia apenas exacerbou, mas que já estavam latentes na sociedade. Por isso, é necessário o convite para a produção de Psicologias que se posicionem a favor da vida e de suas complexas e diversas formas de ser e estar no mundo; defendam o cuidado e respeitem o melhor interesse e a livre escolha de seus benefi-

ciários; favoreçam para que os processos terapêuticos sejam construídos com e por cada uma das pessoas envolvidas; lutem contra as diferentes formas de exclusão, exploração, aprisionamento e asilamento; e se guiem pelo engajamento, pela responsabilização e pela recriação de outras formas de resistências e existências. ■



Agenda Abandonada: *Pandemia, Democracia, Racismo, Crianças e Adolescentes*

AUTOR:

Fábio José Garcia Paes

“Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro.”

Milton Santos



Vivemos numa das encruzilhadas societárias mais complexas e trágicas como humanidade, aprofundada por uma crise sanitária, econômica, política e moral. Como país, no âmbito sanitário, ainda não controlamos coletivamente o Covid-19, com suas

diversas variantes. No âmbito econômico, a inflação chega a patamares preocupantes somada a uma massa de desempregados, mais de 14 milhões de pessoas, sem contar aqueles que já desistiram de procurar trabalho e outros que vivem na informalidade,

sem segurança e previsão nenhuma de proteção trabalhista, e muitas vezes chamados de forma espetacular de “empreendedores”.

Diante deste contexto grave não só para as pessoas e cidadãos, mas também para o meio ambiente, em que o Brasil bate recorde nestes últimos três anos em desmatamento e com políticas de exploração da natureza, a pergunta que roda e roda sem parar é: “Onde foi que erramos?” Mais do que uma resposta exata esperada, esta questão nos coloca em uma atitude de análise e avaliação de toda a trajetória de lutas, produções e conquistas frente a princípios, acordos e marcos legais na promoção e defesa de direitos, não só humanos, como ambientais.

Mas o que esta questão e este contexto absurdo têm a ver com os direitos humanos de crianças e adolescentes? Tudo. Inclusive a ausência e omissão de agências, redes, organizações e defensores desta agenda criança-adolescente, frente a uma agenda estratégica política do país. Isto resultou em impactos ainda maiores para os brasileiros e brasileiras nos últimos anos e com a Pandemia isto foi escancarado e aprofundado com violações dos direitos à educação, a saúde, a moradia, o urbanismo e da alimentação. Este contexto de agravamento na realidade cotidiana das famílias mais empobrecidas revela que há uma “agenda abandonada” numa efetiva defesa e mobilização dos direitos de crianças e adolescentes de modo estratégico. Por isso esta agenda é “abandonada” porque ela não foi identificada como importante e não foi assumida de forma organizada e orgânica por um possível “movimento da infância” no País. Falar de democracia? Falar de racismo estrutural? Falar de participação social? Falar de Projeto de Estado? Falar sobre emprego? Falar de agenda de convergência frente à Diversidade? Falar de política de segurança pública e de moradia? Falar sobre os direitos ambientais? Pelo contrário, foram investidos tempo e mobilização de forma dispersa e seg-

mentada em agendas operacionais, meramente funcionais, também necessárias, mas dentro das demandas do país, uma agenda de efeitos e não de enfrentar as causas. Vejamos alguns exemplos nos últimos anos deste “abandono” político e mobilizador:

Quando no Congresso Nacional se debatia a proposta da Reforma Trabalhista, promulgada em 2017, onde estavam aqueles que defendem direitos de crianças e adolescentes? Já nesta época, alguns movimentos sociais, inquietos pela avalanche de retrocessos, diziam que as crianças seriam diretamente afetadas, com pais sem direitos assegurados, sem tempo e sem dinheiro para cuidar de suas crianças! E, assim, hoje colhemos índices tristes do aumento de pais, em especial mulheres-mães-solo, na sua maioria negras, que não conseguem garantir o mero sustento e cuidado necessário a seus filhos. Mesma situação ocorreu com a Reforma da Previdência, em 2020, devido a uma falácia montada por grupos de interesses meramente financeiristas e corporativos, quando foi aprovado um dos maiores absurdos para um país colonizado e que nasce de um abismo de desigualdade social, que atravessa a realidade ainda hoje com mais de 25 milhões de brasileiros que vivem na miséria. Nesta falácia, o argumento é que o governo tem que diminuir seu gasto, e não assume que “gastar” dinheiro público em áreas essenciais como Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Moradia não é gasto, é investimento. Como um país de miseráveis vai superar este quadro sem investimento direto? E assim perdemos mais uma luta. Enquanto isso, “ativistas”, defensores e organizações sociais debatiam e priorizavam outras agendas importantes, mas não urgentes como esta. A tal ponto de o Orçamento de 2021, baseado no “Teto de Gastos”, aprovado em 2016 e chamado de “PEC da Morte”, ser aprovado menor do que há cinco anos em relação à inflação. Ou seja, em plena pandemia, em que os dados são gritantes de desempre-

go e falta de estrutura na educação, na saúde, na alimentação e tantas outras áreas, foi aprovado um orçamento ainda menor do que antes da pandemia. Inacreditável, mas fato! Sem falar que a maioria do Orçamento 2021 foi para Emendas Parlamentares, ou seja, para obras públicas e para ajustes de gastos dos militares! Asfalto e mais armas são mais importantes que a vida e a sobrevivência do povo! Enquanto isso o Brasil volta para o Mapa da Fome, com 19,4 milhões de pessoas na luta por um prato de comida. Além disso, existem famílias utilizando fogo a lenha para cozinhar. Há registros de aumento de acidentes domésticos de crianças. Segundo a *Revista Brasileira de Queimaduras*, com base em uma amostra de 224 pacientes realizada em 2019, o perfil epidemiológico de vítimas de queimaduras admitidas pelo hospital é de predomínio do sexo masculino, compreendendo 62%, com média de idade de 32,5 anos. Os agentes mais frequentes foram os térmicos (86%), com supremacia de agentes inflamá-

veis (54,68%), ocasionados por acidentes domésticos. A frequência de óbitos foi de 6%, sendo a sepse (complicação potencialmente fatal de uma infecção) a causa de morte mais predominante.

Na educação há ainda uma incógnita referente ao impacto da ausência da escola neste período. Quais dados teremos de desenvolvimento integral dos brasileirinhos e brasileiras neste período? Sabemos que exigirá postura e ações mais efetivas e inteligentes do governo, mas não é o que percebemos.

Destaca-se também neste cenário a Política de Segurança, legitimada por governos estaduais e municipais. Chacinas como a do Jacarezinho e as diversas chacinas diárias nas comunidades por todo o Brasil são legitimadas como ações exitosas das polícias, que se apresentam como agentes de uma guerra, em que o principal e único alvo são famílias pobres, pretas e de periferias. Esta agenda ainda não foi assumida como prioritária e tem resultado num genocídio da popula-



ção preta a cada dia. Neste mesmo contexto, crianças e adolescentes indígenas estão sendo mortos por aviões com veneno nas aldeias de Mato Grosso. Quando não são assassinadas, são vítimas de uma política de negação de seus direitos como povos originários e são exploradas e oprimidas por mineradores e grandes pecuaristas nos rincões do país.

Mas os negros não são vítimas só de uma política de segurança pública e, sim, por um racismo estrutural que perpassa em toda a estrutura de Estado e da sociedade brasileira. Quem desde o início da colonização foi objeto de uma sociedade elitizada e branca? Quem atualmente passa fome? Quem vive em situação de rua? Quem mora em condições precárias e nas periferias? Quem tem subemprego? Quem é morto por policiais? Quem é discriminado? Quais crianças são acolhidas por instituições e estão em processo de adoção? Quem está numa situação de miséria? Quem sofre por falta de políticas públicas afirmativas? Os dados de trabalho infantil mostram que as crianças negras representam 62,7% da mão de obra precoce no país. Quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% de meninas. Esses números só começaram a ser apresentados nas últimas pesquisas, mas podem ser explicados por um olhar histórico contemporâneo. Somos um país racista como Projeto de país e sociedade, um dado de realidade que deve ser entendido e assumido. Todos os dados socioeconômicos ou de violações de direitos são registros deste racismo, em especial contra mulheres, crianças e adolescentes. Mais uma vez o “movimento da infância” tem uma dívida de articulação e fortalecimento do enfrentamento ao racismo no Brasil. Pois quem são institucionalizadas, sem acesso a políticas públicas, violentadas e mortas são as crianças e adolescentes negras.

“Mas onde foi que erramos?” A pergunta volta como uma roda-gigante em mo-

vimento constante. Desde a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ápice de uma mobilização popular, com a participação efetiva de crianças e adolescentes, em destaque meninos e meninas de rua, a agenda da infância foi se construindo de modo operacional. Capturada pelo anseio de fazer acontecer de modo funcional aquilo que o ECA promulgou. No entanto, neste afã, uma massa de pessoas e profissionais se perdeu num funcionalismo cego, como peças de uma engrenagem que tem que funcionar! Ou seja, depois da lei, a construção de políticas públicas para implementar esta lei foi priorizada. Foi criado neste tempo o Sistema Único da Assistência Social/SUAS e outras políticas importantes, até chegar ao SINASE, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, e ao próprio Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Muitas coisas foram construídas, mas o sentido e espírito crítico e de mobilização, diante de agendas importantes e estruturais, tais como: Racismo, Economia, Política de Segurança, Moradia, Soberania Alimentar e outros temas foram abandonados no campo estratégico e de incidência. Os movimentos mantiveram, do seu modo, o debate e a pressão pela ótica da prioridade absoluta.

Como não existem respostas genéricas ou totalitárias sobre este complexo contexto, algumas pistas são possíveis de pinçar como “possíveis saídas”:

Superar a visão de que Política tem a ver somente com urnas, mas retomar a perspectiva originária de que a nossa forma de ser e se organizar com sociedade é política. Política tem a ver com o preço da comida, mas também com o respeito à voz e participação de todEs em tudo aquilo que é público. Por isso, assumir a tática de fortalecer o papel das pessoas e organização de grupos locais, comunitários para conhecer e defender seus direitos é fundamental. Ter os pés no chão, mas os olhos num âmbito panorâmico,

integral, estratégico para superar o específico e segmentado, para um Projeto maior com base na democracia e a sustentabilidade da justiça e igualdade. Produzir e disseminar conhecimento num tempo de *fake news* e de negacionismo é melhor ferramenta. Articular-se com outros grupos e movimentos de negros, mulheres, educação para debater um Projeto de País, de Sociedade e de Estado mais justo e igualitário. Somar-se nas ruas e nas estratégias de debate e construção de insumos e planos de mobilização e incidência política com estes coletivos e redes. Há uma diversidade e uma riqueza enorme de grupos organizados para mobilização e incidência política no país. Por isso, aquilombar-se é preciso! Desde a construção de Relatórios Alternativos, Campanhas de Mobilização e Agendas de Incidência no Legislativo, Executivo e Judiciário como em outras instâncias e espaços. Pensar que “fazer barulho” é importante, mas é apenas um meio. É importante questionar-se em meio a ações e agendas: “O que queremos reivindicar enquanto proposta ou melhoria de políticas públicas e como dedicaremos tempo para participar e monitorar as pautas relacionadas a Orçamento Público e à Política Econômica? Não se enganar com as manobras de quem domina e quer dominar, que a Economia é matéria somente para “entendidos”, mas, sim, conhecer e entender que esta agenda atravessa a nossa vida e é uma das mais importantes, porque vai direcionar para interesses diversos, inclusive se aquilo que é fundamental é investido.

Enfim, assumir este apanhado de críticas e reflexões é um convite para sairmos da zona de estagnação de uma agenda da criança e adolescente, desconectada com a agenda estratégica e política do país. Não tem como falar de direitos humanos, sem falar de democracia. Não tem como falar de prioridade absoluta se não tivermos o senso urgente de convergência com outros grupos e espaços de mobilização no país. A história demonstra que este afastamento ou abandono das agendas mais estruturais tem resultado em prejuízos enormes para a promoção e defesa de direitos. A criança e o adolescente não são ilhas que se bastam em si mesmo; compõem um ecossistema de relações e de contextos que são fundamentais para o seu desenvolvimento. E para enxergá-los é necessário ampliar e aprofundar questões de ordem histórica e profunda frente à desigualdade social e econômica, que atinge de modo direto e generalizado negros, pobres e de periferia. Não dá mais para esperarmos índices de mortes e descalços com estas crianças e adolescentes, que representam a maioria de nossa população. Temos que dialogar, criar canais e pontes de convergência estratégica e tática, tanto em âmbito nacional como local e comunitário. Eis a perspectiva presente e de futuro a que temos que nos dedicar de forma corajosa, amorosa e permanente. Pelo contrário, será mais barbárie e genocídio para grupos endereçados pela sua condição geográfica, econômica, gênero e racial. ■



ENTREVISTA

Defesa do SUS na questão do suicídio e bem viver no contexto indígena

YTANAJÉ COELHO CARDOSO E JULIANA FERNANDES KABAD

por Andréa Esmeraldo e Iolete Silva

1) Como o momento atual de fragilização das instituições (legislativas e executivas) protetivas das populações indígenas impacta no bem viver?

Ytanajé: Sou Ytanajé Coelho Cardoso, do povo munduruku da Terra Indígena Kwatá- Laranjal, localizada no Médio Rio Madeira, município de Borba. É dessa localidade e dessa realidade que tenho mais segurança para falar das dificuldades que o povo munduruku vem enfrentando nesse momento de pandemia de

Covid-19, em que politicamente ações de extermínio contra os povos indígenas têm sido promovidas. Desde os primeiros contatos com os povos ocidentais, temos sofrido com ataques das instituições de governos, mas este contexto atual é o que mais deixa evidente o ódio para com os povos indígenas. Em vez de agentes públicos e da sociedade civil em geral trabalharem em favor dos povos indígenas, trabalham contra. Um dos principais problemas vivenciados pelos povos in-

dígenas, atualmente, é a falta de diálogo com os representantes do poder público, e quando há esse diálogo, representantes do poder selecionam indígenas cooptados por garimpeiros, madeireiros, grileiros, entre outros, para manter algum tipo de interlocução. O resultado desse diálogo com indígenas cooptados é o desprezo pelas lideranças indígenas de base, pelas famílias indígenas que vivem nas aldeias, nas sedes dos municípios e nos centros urbanos. A falta de diálogo com as lideranças reconhecidas pelas comunidades, e com as próprias comunidades, tem prejudicado a unidade dos povos indígenas, o que tem refletido em acentuados conflitos entre os próprios parentes indígenas. Esses conflitos acabam refletindo no comportamento dos jovens, muitos dos quais estão querendo sair de suas aldeias em busca daquilo que o pensamento ocidental apregoa como uma vida melhor. Alguns desses jovens, quando saem da aldeia para os municípios ou grandes centros urbanos e não conseguem um emprego ou uma vaga em uma universidade, acabam retornando para as aldeias ainda mais tristes do que saíram, alguns até ameaçando suicidar-se.

Juliana: No momento atual do país, há diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e buscam reverter os direitos indígenas conquistados e garantidos pela Constituição Federal de 1988. Além disso, as recentes ofensivas operadas por representantes do poder público, aliadas aos interesses da agroindústria, dos mineradores e das madeireiras, especialmente na região amazônica, ameaçam o processo de demarcação de terras e de proteção dos territórios já demarcados. As mudanças na gestão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde com a

presença ostensiva de militares e de missionários religiosos – responsáveis respectivamente pela política indigenista e pela política de saúde indígena – tendenciam as ações do Estado para um controle bélico e tutelar sobre as comunidades indígenas. Essas ações não se restringem somente ao ambiente institucional: contaminam o processo de reconhecimento desses povos pela sociedade brasileira e agravam os mecanismos de invisibilização, discriminação e exclusão social. Assim, esse processo de fragilização das instituições de proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas impacta fortemente no nível de confiança e esperança destes povos quanto à sobrevivência no presente e no futuro, conforme suas perspectivas, cosmologias e visões de mundo. À medida que atinge âmbitos distintos e fere o princípio constitucional de Estado Pluriétnico que garante o direito à diversidade sociocultural e linguística, vai ao encontro da lógica colonial de expropriação dos territórios tradicionais indígenas e da ameaça sobre os modos de viver dos 305 povos indígenas do Brasil. Esse processo afeta a sobrevivência étnica dessas populações e a relação que estabelecem com seus territórios, incidindo diretamente nas concepções de saúde e de bem viver de cada povo e ocasionando uma intensa insegurança social, simbólica e psíquica.

2) Que relação podemos estabelecer entre suicídio e violência colonial?

Ytanajé: Felizmente, entre os munduruku do Rio Canumã, um dos principais rios da Terra Indígena Kwatá-Laranjal, só foi registrada uma morte equivalente ao suicídio, por volta de 2012. Equivalente, pois não se sabe ao certo se o parente atirou em si próprio com a intenção de suicidar-se ou se foi um dis-

paro accidental. Mas é verdade que as ameaças de suicídio estão aumentando na região, sobretudo pelos constantes contatos com as regiões urbanas, onde os parentes passam a ter contato intenso com álcool, maconha, cocaína, entre outras drogas. Alguns até são cooptados pelo tráfico. Pois, onde não chega o poder público, o crime organizado parece chegar com mais facilidade.

Juliana: O processo de colonização causou e tem causado, nos últimos cinco séculos, consequências nefastas para os povos indígenas. Ao recuperarmos a história destes povos desde a formação do Brasil, e o processo de perdas e expropriações que sofreram dos seus territórios, culturas, idiomas, entre outros aspectos, podemos compreender melhor a relação violenta, exploratória e tutelar que o Estado e a sociedade envolvente exercem com as populações indígenas. Um dos funda-

mentos do pensamento colonial consiste na sobreposição etnocêntrica de um modo de viver de uma civilização sobre a outra, em termos materiais e simbólicos, com o uso ostensivo de poder bélico, apropriação territorial, escravização, catequização religiosa e controle tutelar sobre as liberdades individuais e comunitárias das populações colonizadas. Assim, para os povos originários, a consequência direta desse processo consistia em genocídios e etnocídios. Mesmo que boa parte dos países colonizados tenha alcançado independência dos colonizadores ao longo dos séculos XIX e XX, suas consequências socioculturais permaneceram na sociabilidade das populações habitantes de ex-colônias com a perpetuação do processo colonizador. No Brasil, mesmo após a conquista oficial da independência de Portugal, houve investimento massivo em políticas eugenistas incentivada



pelas elites econômica, política e intelectual – descendentes diretos dos europeus – com o intuito de propiciar a miscigenação e o consequente “branqueamento” da população a partir da crença de que as heranças indígenas e africanas significariam atraso no desenvolvimento civilizatório do país. Tal premissa, ancorada no racismo científico, passou a nortear o processo de formação da nação brasileira e a relação com os povos originários que aqui habitam. Mesmo com a criação de instituições e instrumentos jurídicos de proteção aos povos indígenas, como em 1910 do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e que em 1967 tornou-se Fundação Nacional do Índio (FUNAI), houve a predominância de uma lógica integracionista, de que esses povos deveriam abandonar seus modos de vidas tradicionais e serem “pacificados” (com base na ideia de que seriam “selvagens”), para tornarem-se mão de obra trabalhadora rural e urbana da sociedade nacional. Uma lógica, portanto, extremamente preconceituosa com as bases étnico-culturais dos diferentes povos indígenas. A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 231, introduziu o reconhecimento legal do pluralismo étnico, que passou a orientar as políticas indigenistas a partir de então, substituindo a concepção integracionista e tutelar sustentada legalmente pelo Estatuto do Índio de 1973. Portanto, para a Carta Magna do país os povos indígenas são cidadãos dotados dos mesmos direitos que todos os outros, bem como do direito de recuperarem e viverem em seus territórios ancestrais, expressarem-se conforme suas línguas, culturas e tradições e com a garantia de acesso a políticas públicas universais do Estado brasileiro – ainda que na prática isso esteja longe de se concretizar

em sua completude. Assim, compreendendo que a colonização é um processo violento e que provoca exclusões e assimetrias do direito de viver e como viver dos povos indígenas em relação aos não indígenas, ela ocasiona diferentes consequências psicossociais nos indivíduos e comunidades indígenas. Ao vivenciarem e conviverem com um ambiente social constantemente hostil e discriminatório, com sucessivas ameaças e assassinatos de lideranças, com invasões de grupos mineradores, grileiros e madeireiros em suas comunidades, com conflitos territoriais com o setor do agronegócio, com imersões missionárias neopentecostais cada vez mais frequentes nas aldeias, entre outros processos que se constituem da lógica colonial, os povos indígenas são condenados constantemente a uma morte social e simbólica, no sentido de destituir desses povos o direito constitucional de viverem conforme suas premissas e especificidades étnicas. A luta constante pelo direito de viver diante das mais variadas ameaças, apesar de constituir uma evidente agência e potência para a sobrevivência dessas populações, pode desencadear também processos de intenso sofrimento individual e coletivo. Essas transformações nos seus universos simbólicos têm tido repercussões para o bem viver desses povos, colocando-os em uma situação de maior vulnerabilidade frente a uma série de agravos em saúde e com consequências graves, com destaque para a morte voluntária ou suicídio. Assim, a prevenção ao suicídio nesta população passa pela valorização da noção de bem viver dos povos indígenas, em sua diversidade e pluralidade sociocultural, com a garantia e sustentabilidade dos direitos indígenas pelas instituições de Estado e no seio da sociabilidade brasileira.



**NIVEAMARA SIDRAC
LIMA BARROSO**

Saúde e vida são temas universais e interdependentes garantidos pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988 que criou o SUS, Sistema Único de Saúde. A pandemia do Covid-19 provou não só a importância do SUS, mas do trabalho da psicologia hospitalar. Ela revelou a inexistência de protocolos, precariedade de EPIs, grande número de adoecimento e mortes de pacientes e equipe de saúde, desespero por falta de vagas, leitos de UTIs e respiradores etc. Instaurou-se um clima de medo de morrer, de levar a doença para casa e de perder as pessoas que amam. As psicólogas acolheram os pacientes em que eram proibidas as visitas, os familiares e os profissionais. Novas formas do fazer psicológico foram se revelando como importantes ferramentas, tais como plantões psicológicos virtuais e presenciais a familiares e profissionais, visitas virtuais de familiares, atendimento a pacientes a distância e tendo no olhar e crachás com fotos uma forma diferente e humana de estar com o outro. Entretanto, o cuidado humanizado da psicologia hospitalar não consegue dar conta dos efeitos nocivos produzidos pelo atual momento brasileiro da falta de investimentos no SUS. Vamos defender o SUS!



**IRENE
RIZZINI**

O discurso sobre os direitos humanos chega com força na década de 1980 no Brasil, quando se afrouxa o controle que manteve o país “suspense” nos 20 anos de ditadura civil-militar. Ideias e práticas inspiradas nos princípios de igualdade e universalidade de direitos, de crianças e adolescentes inclusive, informam a Constituição Federal de 1988. A luta por parte de múltiplas organizações e movimentos sociais, com destaque para o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, neste processo, levou ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Meninos e meninas em situação de rua ficaram na história por sua presença na militância para que fosse aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Podemos perguntar se tudo isso resultou em que fossem de fato vistos e tratados como crianças e adolescentes com direitos (iguais e universais). Longe disso. As atitudes e práticas carregadas de preconceito, punitivas e desumanas, persistiram, como analiso no livro Crianças e adolescentes em conexão com a rua: pesquisas e políticas públicas (2019). Mas a luta em sua defesa igualmente persistiu e se mantém vigorosa. Militantes dos mais variados setores e regiões do país continuam pondo resistência à insensibilidade dos governantes. A luta continua!



**ANA RAQUEL
HOLANDA**

Atrever-me, habitando o mundo como mulher cega, a ser psicóloga, a estar do outro lado do cuidado, é uma insurgência cotidiana.

Sou, e tantas são comigo, um corpo político que se nega a encarnar apenas o espelho desconcertante da falta. Inserida em um serviço de saúde, compondo uma equipe de reabilitação, detentora de jaleco e carimbo, percebo-me como cavalo de Troia: fissurando por dentro o modelo médico que tantas vezes diz não a corpos divergentes como o meu.

Ocupar o papel destinado a quem historicamente deteve o poder de produzir a deficiência através do discurso do desvio que, ao classificar, estigmatiza e submete, guardando em mim as marcas forjadas no capacitismo que molda subjetividades, é abrir brechas para possibilidades de existir que, variantes, confrontam o monopólio do normal. Como psicóloga, experimento o desafio e o deleite do trabalho de espalhar e cultivar sementes de transformações que florescem uma a uma, mas, assim me diz a esperança, diversificam os jardins da vida.